



De crise e escalas: o novo municipalismo e as políticas públicas na contemporaneidade líquida

Autores:

Marco Aurélio Costa - Ipea - marcoaurgalo@gmail.com

Resumo:

Tendo como pano de fundo o debate sobre a contemporaneidade, o texto aborda a proposta do municipalismo do bem comum, caracterizado, sobretudo, pelas experiências observadas na Catalunha. Faz-se uma reflexão sobre seu potencial, obstáculos e desafios, buscando apontar, de forma embrionária, as possibilidades de um municipalismo com essas feições no Brasil. O texto traz os desafios para o novo municipalismo em cinco eixos analíticos e de atuação de políticas públicas e práticas cidadãs, a saber, democracia participativa, economia cooperativa, direitos sociais e autonomia, cotidianidade sustentável e vínculos de solidariedade. Defende-se que o desenvolvimento do municipalismo do bem comum constitui um desafio que deve ser construído em cada contexto histórico e geográfico. No Brasil contemporâneo, somam-se aos desafios apresentados no texto a necessidade de se defender e aprofundar a democracia participativa e a agenda de redução das desigualdades socioespaciais.

DE CRISE E ESCALAS

O novo municipalismo e as políticas públicas na contemporaneidade líquida

INTRODUÇÃO: modernidade líquida e crise – um regime em crise ou um regime de crise?

O tempo presente tem sido identificado, por diversos autores, como um tempo de mudança, de transição. Bauman propõe o conceito de modernidade líquida, em contraposição à modernidade sólida do período anterior, para caracterizar a passagem de uma condição baseada em estruturas rígidas, estáveis e de maior segurança para um mundo fluido, incerto e transitório. Haveria

a passagem da fase "sólida" da modernidade para a "líquida", ou seja, para uma condição em que as organizações sociais (estruturas que limitam as escolhas individuais, instituições que asseguram a repetição de rotinas, padrões de comportamento aceitável) não podem mais manter sua forma por muito tempo (nem se espera que o façam), pois se decompõem e se dissolvem mais rápido que o tempo que se leva para moldá-las (2007, p. 7).

Muitos outros autores convergem para essa leitura de uma temporalidade de mudança, fazendo da contemporaneidade um tempo de transformações profundas – e de desenvolvimento aberto ou incerto. Boaventura de Sousa Santos, por exemplo, afirma estarmos num período de transição, no qual “o ritmo, a escala, a natureza e o alcance das transformações sociais são de tal ordem que os momentos de destruição e os momentos de criação se sucedem uns aos outros numa cadência frenética, sem deixar tempo nem espaço para momentos de estabilização e de consolidação” (2017, p.19).

Seja na esfera da produção, com o fim do regime fordista e as mudanças provocadas pelos avanços tecnológicos e usos de novos recursos informacionais e de comunicação - com suas implicações sobre o mundo do trabalho e sobre o território ainda não completamente decodificadas –; seja na esfera da circulação e do consumo, expressa na própria constituição de um mercado global de consumo de massa, onde consumidores, tanto quanto produtos, se homogeneizam; na ordem jurídico-administrativa, na qual a regulação, de um lado, e a judicialização, de outro, jogam papéis fundamentais na estruturação societal; ou na vida cotidiana e íntima, na qual relações, direitos e certezas são desestabilizados. Há um crescente entendimento de que há uma alteração no modo como se percebe e se vivencia o espaço-

tempo, estando ampliados a insegurança, a incerteza, a sensação de instabilidade de estruturas, relações e instituições.

Como reforço e parte dessa nova condição, a recente crise econômico-financeira de 2007/2008 trouxe movimentos, tendências e narrativas que reforçam os elementos de insegurança sistêmica, estimulam estratégias individualistas de vida e sustentam a defesa de políticas de cunho neoliberal e de austeridade.

Crise passa a ser uma palavra-chave nas narrativas sobre o tempo presente, constituindo-se numa dessas palavras polissêmicas, cujo sentido se encontra em disputa. Há, de fato, diferentes leituras sobre o que seria a crise a ser superada. Autores alinhados com a perspectiva (neo)liberal enfocam os efeitos superficiais da crise financeira decorrente do estouro da bolha imobiliária. Alguns defendem que a regulação do mercado de crédito imobiliário e a aprendizagem vivenciada pelo próprio “mercado” seriam suficientes para retomar o caminho do crescimento econômico, posição defendida, por exemplo, pelo investidor George Soros (2012). Outros trabalham com perspectivas analíticas ainda mais estreitas e valorizam aspectos relacionados a efeitos da crise de 2007/2008, associando-os às trajetórias das políticas econômicas de seus países, em geral, em crítica às intervenções estatais na ordem econômica.¹ A saída da crise passa pela desregulamentação das relações trabalhistas; pela redução do tamanho do Estado; pela abertura de novas possibilidades para exploração de recursos naturais, por meio da revisão das legislações de proteção ambiental, do patrimônio cultural ou dos povos tradicionais, sempre no sentido de reduzir salvaguardas e direitos, de simplificar processos administrativos de aprovação de empreendimentos ou de anular medidas que limitam as possibilidades para o crescimento econômico. O Estado e as políticas públicas, nessa perspectiva, aparecem como os grandes vilões a serem derrotados e os atores sociais e agentes políticos que defendem direitos sociais, direitos difusos e direitos humanos são vistos como parte do problema, portanto, responsáveis pela crise. Políticas de austeridade, nesse caso, seriam o remédio.

Neste trabalho, toma-se como referências as análises que, para além do reconhecimento do caráter global dos acontecimentos, movimentos e dinâmicas em curso, compartilham do entendimento de que há um processo mais profundo de transformação, o qual se expressa numa crise que não é apenas econômica e que produz rebatimentos em todas as escalas de atuação do Estado, trazendo implicações diversas para as políticas públicas.

Parte-se, portanto, do entendimento que o capitalismo, em sua escala global, enfrenta uma crise que não possui apenas os componentes de crises conjunturais ou cíclicas – ainda que possa possuir tais ingredientes –, mas que tem raízes e extensões mais profundas, configurando uma crise de valores, civilizatória.

Ainda que possua uma expressão econômica fundamental, a crise não é apenas econômica e se encontra nas diferentes dimensões das esferas pública e privada. Como destacam Ismael Blanco e Ricard Gomà, “não é uma crise de problemas globais e impactos locais. É multinível: seus fatores e as suas respostas se dão em múltiplas escalas” (2016, p. 19).

¹ Sobre o debate em torno das interpretações da crise de 2007/2008, ver Aalbers (2013).

Portanto, faz-se necessário entendê-la e analisá-la em diferentes perspectivas, dimensões e escalas.

No que diz respeito às políticas públicas e ao planejamento urbano e regional, a crise se manifesta nas disputas em torno de projetos alternativos, que se refletem em concepções concorrentes da organização do Estado e de suas possibilidades de atuação. O escopo, o tamanho e a potência do Estado de Bem-Estar social herdado da modernidade sólida, sobretudo nos países centrais, em suas diferentes escalas e níveis de governo, encontram-se em debate. Sua construção, consolidação ou negação, nos países em desenvolvimento, encontram-se em disputa.

Na escala nacional, a disputa gira em torno da distribuição da riqueza gerada, colocando em cheque a situação fiscal e financeira do Estado (em suas diversas esferas), a existência e a qualidade dos serviços públicos e as dinâmicas de concentração e distribuição de renda. No plano urbano-metropolitano, manifesta-se nos projetos de cidade, nas diferentes propostas em torno da constituição ou não de espaços de sociabilidade, de troca e fruição. Num capitalismo crescentemente dependente da produção do espaço, as metrópoles e suas cidades tornam-se palco de uma disputa por projetos sociais opostos, em que a colonização da vida pelos processos de mercantilização – cujos efeitos não se resumem à dimensão econômica – encontra resistência em projetos que buscam valorizar o valor de uso em contraposição ao valor de troca e defender o direito à cidade, o direito à metrópole.²

As disputas e conflitos sociais, políticos e econômicos fazem parte do desenvolvimento capitalista. Não há nada de novo nisso. Mas os elementos associados à modernidade líquida, à transição e às mudanças no regime de acumulação se amplificam com a crise atual, sobretudo de 2007/2008 em diante, de modo que se conforma um período em que o regime está em crise ao mesmo tempo em que se conforma um regime de crise, em que a insegurança, a incerteza e a instabilidade das estruturas e instituições, de um lado, servem de suporte e justificativa para o discurso e as políticas de austeridade, e, de outro, reforçam estratégias individualistas e colocam em cheque ações coletivas. O regime de crise nutre-se do cultivo da insegurança, do estímulo ao individualismo e da corrosão da confiança nas instituições, nas relações e nas pessoas.

A crise pode ser lida como expressão de projetos sociais alternativos, concorrentes e das disputas, inclusive do conflito distributivo, que se dá em diversas escalas – desde a contraposição dos interesses corporativos transnacionais em face da atuação dos estados nacionais até suas manifestações, com cores próprias, nas escalas nacionais, subnacionais e locais, seja na esfera pública, seja na esfera privada. Os desdobramentos da crise e do regime de crise, de um lado, e as possibilidades de configuração de um novo pacto societal, de outro, refletem-se nas políticas públicas e nos projetos alternativos e concorrentes que se dão nas diversas escalas e nas esferas de governo.

Neste sentido, há que se desenvolver análises que observem o que se passa em cada contexto concreto, sem perder de vista a relação que cada caso particular mantém com as

² Os conceitos fundamentais associados à produção do espaço e ao direito à cidade remetem às contribuições de Henri Lefebvre (1991; 2005).

demais escalas (e esferas). A escala local, com sua esfera correspondente de governo, em cada contexto histórico específico, deve ser entendida em suas relações com o que se passa em sua região, no país e no mundo.

Tendo como pano de fundo o debate sobre a contemporaneidade líquida, este texto aborda a proposta e as possibilidades do municipalismo do bem comum, caracterizado, sobretudo, pelas experiências observadas em municípios da Catalunha. Considerando as características desse movimento, faz-se uma reflexão sobre seu potencial, obstáculos e desafios, buscando apontar, de forma embrionária, as possibilidades de um municipalismo com essas feições no Brasil. A próxima seção discute as respostas que vêm sendo dadas, na última década, à crise atual, entre as quais se destaca o novo municipalismo do bem comum, cujos fundamentos teóricos são então apresentados. Na terceira seção, o texto traz a análise de experiências que têm lugar na Catalunha, tomadas como referência para se elencar os principais desafios que enfrenta o novo municipalismo, na quarta seção. Ao final, o texto traz notas reflexivas e provocativas sobre o municipalismo, considerando o contexto histórico, social e político brasileiro.

A CRISE GLOBAL E A PROPOSTA MUNICIPALISTA

A crise econômica e financeira de 2007/2008, com o estouro da bolha imobiliária, tornou visível uma das dimensões mais importantes da atual fase do desenvolvimento capitalista, evidenciando as relações entre a produção do espaço e o capitalismo financeiro. Como aponta Raquel Rolnik, em diálogo com as contribuições de Harvey, o alcance da crise vai muito além de seus sinais mais evidentes: “trata-se da conversão da economia política da habitação em elemento estruturador de um processo de transformação da própria natureza e forma de ação do capitalismo em sua versão contemporânea – era de hegemonia das finanças, do capital fictício e do domínio crescente da extração de renda sobre o capital produtivo” (2015, p.26-27).

A crise financeira-hipotecária teve seu epicentro nos Estados Unidos, mas seus efeitos foram globais, fazendo-se sentir com intensidades variadas a depender do estágio daquela conversão da economia política da habitação em um elemento estruturador do capitalismo. As respostas aos efeitos da crise têm sido variadas e perpassam todas as esferas governamentais nos países mais afetados. Governos centrais e locais se envolveram no desenho de respostas às crises.

Na Espanha, por exemplo, a crise se fez sentir de forma intensa, ainda que com variações regionais, a depender do quanto a economia local/regional estava imbricada no movimento de crescimento da bolha imobiliária. E esse foi o caso da Catalunha, notadamente de Barcelona, em que os efeitos da crise foram substanciais.

Entre 1997 e 2007, os preços dos imóveis na Espanha aumentaram em 288% (quase quadruplicaram), tendo o valor dos terrenos quase quintuplicado.³ Em 2017, registrava-se a estabilização desses preços, 40% abaixo dos valores de pico observados em 1997.⁴ Em Barcelona, em janeiro/2014, o preço do metro quadrado construído estava 37% abaixo do valor de pico observado em março/2007.⁵ Na Catalunha, o número de moradias vendidas cai de pouco mais de 41 mil para 26 mil, entre 2007 e 2008, ao passo que o número de novas unidades residenciais produzidas cai de 127 mil, em 2006, para pouco mais de 12 mil, em 2009, e para 5.311 unidades construídas, em 2012 (GUTIÉRREZ; DELCLÒS, 2017).

Os efeitos da crise imobiliária fizeram-se sentir na economia como um todo. Houve uma brusca retração da atividade econômica, afetando o nível de emprego e a sua distribuição entre os setores da economia, com redução expressiva das ocupações ligadas à indústria da construção civil, que chegou a perder quase 60% de seus postos de trabalho entre 2006 e 2012 (CARAVACA et al, 2017).

A crise econômica imobiliária, contudo, é tão somente a expressão de uma das facetas de uma crise mais ampla, tal como vimos na seção anterior. Nesse sentido, a resposta à crise não pode se limitar a uma resposta meramente econômica, seja no sentido de lidar com os efeitos mais perversos e potencialmente perigosos para o sistema, sobretudo para o sistema financeiro responsável pela produção da crise financeira-hipotecária; seja no sentido de se limitar a corrigir as falhas do mercado de financiamento da produção e do consumo imobiliário.

Essas, contudo, foram as respostas mais comuns à crise. Face aos riscos para as instituições financeiras envolvidas na produção da crise, recursos públicos foram drenados para cobrir os rombos deixados, seja nos Estados Unidos, seja na Europa (ROLNIK, 2015). Do mesmo modo, soluções regulatórias foram buscadas, visando proteger o sistema da produção de uma nova bolha imobiliária.

Na Espanha, por exemplo, quase 170 milhões de euros foram utilizados desde 2008 para resgatar entidades financeiras, sem exigências de contrapartidas. Sem a imposição de qualquer tipo de condição, os novos recursos injetados pelos bancos centrais seguiram a lógica financeira e, em vez de se dirigirem para a recuperação dos mercados habitacionais locais, procuraram investimentos em áreas mais lucrativas nos mercados emergentes, como a China (ROLNIK, 2015, p.104).

Respostas à crise – para muitos, equivalente e de consequências mais incertas e profundas do que a de 1929 – refletem o diagnóstico que dela se faz e, nesse caso, elas foram orientadas, sobretudo, para salvar o sistema e as instituições financeiras. Mas as respostas

³ Ver <https://www.publico.pt/2009/10/08/economia/noticia/bolha-imobiliaria-em-espanha-fez-preco-das-casas-subir-288-por-cento-1404167>, consulta em 05/11/2018.

⁴ Ver https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/imobiliario/detalhe/fitch_crise_imobiliaria_em_espanha_esta_a_chegar_ao_fim, consulta em 05/11/2018.

⁵ Ver <https://www.idealista.com/news/estadisticas/indicevivienda#Barcelona>, consulta em 05/11/2018.

não se limitaram a essas operações, diferentes efeitos no que diz respeito ao desenho e à implementação das políticas públicas foram produzidos, em diferentes escalas.

A resposta municipalista à crise, proposta pelos gestores municipais e acadêmicos envolvidos na iniciativa “Cidades sem medo”, traz uma síntese do entendimento, das análises e das recomendações/encaminhamentos que esses agentes sociais e políticos oferecem à crise civilizatória atual, em contraponto com a perspectiva neoliberal dominante.

Os que afrontam estes tempos incertos sob a perspectiva da defesa da ordem estabelecida negam os problemas estruturais e menosprezam quem os denuncia. Estimulam o medo ao outro a quem apontam como bode expiatório. Interessados em ocultar as causas estruturais – econômicas, políticas e culturais –, assinalam falsos culpados a quem ridicularizar, caluniar, incriminar ou reprimir; amplificam ou simplesmente inventam problemas menos relevantes que distraem a atenção dos verdadeiros conflitos a se enfrentar. Desde essa perspectiva, o sentimento que cria coesão é o medo e o ódio a alguém a quem se deve combater. O resultado é a fratura social, a desigualdade extrema, as violências machistas, a xenofobia, os fascismos ou a violência contra a Terra e as outras espécies (HERRERO, 2018, p.5).⁶

E é em contraposição a esse quadro e tendo esse entendimento do espaço-tempo no mundo em que vivemos que muitos dos autores aqui citados propõem privilegiar o municipalismo como estratégia para enfrentar os conflitos que perpassam a crise, em suas várias dimensões.

Há, no mundo, uma larga tradição de defesa do municipalismo e há entidades e associações municipalistas de longa duração, como a *International Union of Local Authorities* (IULA), fundada em 1913, e que propõe uma abordagem mais técnica para a defesa do municipalismo; a *United Cities and Local Governments* (UCLG), fundada mais recentemente (2004) e que traz uma abordagem mais política para o movimento; além de diversas entidades regionais, como o *Council of European Municipalities and Regions*, e nacionais, como as muitas *Local Government Associations*.⁷ A defesa mais recente do municipalismo inspira-se nos argumentos trazidos pela tradição municipalista, mas o faz numa perspectiva contemporânea, ressignificando alguns dos argumentos historicamente defendidos pelo movimento.

Um argumento tradicionalmente utilizado para fazer a defesa do municipalismo e o protagonismo dessa esfera de governo remete à sua proximidade com o cidadão. Essa proximidade confere à esfera municipal um papel singular no que diz respeito às possibilidades da participação cidadã e ao estabelecimento de diálogo entre cidadãos, gestores públicos e governantes. A proximidade favoreceria, assim, o controle social.

⁶ Os textos originais constantes neste artigo, conforme referências, foram traduzidos pelo autor.

⁷ No Brasil, há ao menos três entidades municipalistas e de articulação de governos locais, como é o caso da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), que reúne os prefeitos das maiores cidades do país.

No novo municipalismo,

a proximidade emerge como um espaço do qual se podem oferecer respostas adequadas à diversidade e aos novos desafios emergentes. E isso é assim tanto nas urbes mais conectadas com as redes globais de cidades, como nos territórios rurais, nos quais se abrem novas oportunidades surgidas da terciarização das fontes de riqueza, das capacidades de acesso que oferecem as novas tecnologias ou pelos incentivos que gera uma qualidade de vida percebida como melhor (SUBIRATS, 2016, p.49).

Neste novo contexto, para além da importância da esfera local no desenvolvimento de atividades tradicionalmente delegadas à competência municipal, além do suprimento de serviços sociais básicos – notadamente educação, saúde e assistência social, tal como ocorre no Brasil e em muitos países europeus –, há uma revalorização do local que decorre de diferentes processos contemporâneos que alteraram as relações entre economia, sociedade, meio ambiente e território.

Desde os anos 1990, evidencia-se a conformação de uma rede global hierarquizada, fortemente assentada nas novas tecnologias de informação e comunicação em suas interfaces com o capitalismo contemporâneo, no qual as cidades que concentram a oferta de serviços financeiros são nódulos de maior densidade dessa rede (SASSEN, 1991). No século XXI, chamado de século das cidades, no qual a população do planeta já é majoritariamente urbana, as metrópoles desempenham um papel cada vez mais central, não apenas para suas regiões, mas para diferentes escalas e contextos.

Diversos processos e movimentos reforçam o papel das metrópoles e das cidades no mundo contemporâneo: aspectos sociais ligados às mudanças na esfera produtiva, às alterações demográficas – como o envelhecimento relativo da população –, e às próprias pautas identitárias ligadas a gênero, sexualidade, religião e origens étnicas que fazem das cidades os espaços privilegiados para lidar com os desafios e demandas associados; aspectos ligados à dimensão ambiental, notadamente relacionados com as mudanças climáticas e aos desafios endereçados às grandes cidades, grandes consumidoras de energia e responsáveis por parte considerável da poluição atmosférica do planeta; novas dinâmicas econômicas locais associadas ao surgimento do marketing urbano e da indústria do turismo, pressionando os mercados imobiliários locais; as possibilidades e os desafios que o desenvolvimento tecnológico trazem para o exercício da cidadania e para a participação social (HARVEY, 2016; SUBIRATS, 2016).

Considerando as mudanças tecnológicas e a mundialização, as várias transformações por quais passa a humanidade trazem novos desafios para as condições de ser neste espaço-tempo de transição, líquido e onde há respostas alternativas aos desafios e às oportunidades que estão em jogo.

E é nesse contexto que o novo municipalismo defende o protagonismo da escala local, de sua comunidade e dos governos dessa esfera. Sustenta-se que essa não é apenas *uma* alternativa, mas *a* alternativa: “o municipalismo não é apenas um dos meios para produzir

uma mudança social, mas a única ferramenta capaz de conseguir a transformação da sociedade” (BOOKCHIN, 2018, p.17).

Esse olhar para o local, contudo, não se dá num registro de antagonismo ao globalismo, mas de entendimento das interações existentes entre o global e o local. Joan Subirats, nesse sentido, propõe uma superação dessa dicotomia:

Pode parecer que em um mundo cada vez mais interconectado, onde as relações e os intercâmbios econômicos se mundializaram e onde parecem existir tendências de homogeneização cultural, há cada vez menos espaço para falar de diferenciação, comunidade e identidade local. Contudo, constatamos que, talvez inicialmente como reação, mas depois de um modo consciente, renascem e se configuram identidades locais e territórios que buscam uma maneira própria de ser universais. A dinâmica global-local não é uma forma de resistência localista à globalização. (...) Devemos pensar globalmente e agir localmente, mas também pensar localmente e agir globalmente (SUBIRATS, 2016, p.112-113).

Decerto que há outras alternativas, mas a resposta do municipalismo do bem comum assume a natureza política de sua proposta em oposição às demais respostas que se fundamentam, ao fim e ao cabo, na mercantilização generalizada de bens, produtos, serviços e suportes disponíveis para a reprodução da vida social e econômica. Trata-se de uma proposta que se contrapõe à colonização da sociedade pelos valores ancorados na esfera econômica e mercantil, com os riscos que esses processos trazem para a coesão social e territorial, para a diversidade das pessoas e dos territórios: “em um momento em que os direitos humanos, a democracia e o bem público se veem atacados por governos centralizados e crescentemente autoritários e nacionalistas, o municipalismo permite-nos demandar a esfera pública para exercitar uma cidadania e liberdade autênticas” (BOOKCHIN, 2018, p.19).

A base desse novo municipalismo diz respeito ao bem comum e à sua gestão e governança no mundo contemporâneo, considerando as políticas e ações de proximidade. Esse entendimento tem como ponto de partida definições já conhecidas dos bens comuns, como bens “universais, que são vitais e insubstituíveis. Os mais evidentes são o ar, o sol e a água. Em princípio, não pertencem a ninguém, são de todos” (SUBIRATS, 2016, p.63).

Mas, indo mais além da definição tradicional dos bens comuns, há um entendimento holístico e ecológico do comum:

Podemos dizer não que “temos” bens comuns, mas que fazemos parte do comum na medida que somos parte de um ecossistema, de um conjunto de relações em um entorno urbano ou rural e, portanto, que o sujeito faz parte do objeto. Os bens comuns são inseparavelmente unidos e, ao mesmo tempo, unem entre si as pessoas, as comunidades e o próprio ecossistema (SUBIRATS, 2016, p.65).

De imediato, há uma incorporação mais ampla da dimensão ambiental nessa compreensão do comum, para além da mera consideração dos recursos naturais. Mas a operação mais arrojada dessa abordagem compreende a incorporação não apenas de tudo que diz respeito ao patrimônio cultural e natural da humanidade, mas da própria humanidade, em sua diversidade, rompendo a separação sujeito-objeto que domina a lógica formal.

Desse olhar requalificado sobre os bens comuns, sobre o comum, assenta-se a proposta do novo municipalismo. É desse ponto de partida que se justifica, de uma perspectiva política – e politizadora – e de uma racionalidade que procura superar as dicotomias entre global e local, entre público e privado, entre Estado e mercado, a construção e o aprofundamento de uma alternativa municipalista, que se assenta na percepção das possibilidades trazidas pelas “significativas conexões entre velhas e tradicionais formas coletivas de gerir recursos, bens e subsistência com novas formas de cooperação e de criação coletiva de valor, vinculadas, em alguns casos, a grande transformação tecnológica e à globalização” (SUBIRATS, 2016, p.69).

Dirigir a atenção para a esfera local é reconhecer a necessidade de, no contexto atual, em face das novas tecnologias, da mundialização e das mudanças que se dão nas várias dimensões da vida societal, de se construir estratégias técnicas, gerenciais e políticas de lidar com as consequências, desafios e possibilidades que se fazem rebater, de forma singular, na esfera local, sem desconsiderar as conexões existentes entre as diferentes escalas. Nas palavras de Subirats, “no fundo, o debate é que governo local, em qual escala, com qual capacidade de decisão e articulação das aspirações sociais necessitamos para fazer frente aos desafios desta mudança de época” (2016, p.50).

E este desafio possui claros rebatimentos nas políticas públicas locais na medida em que alguns dos desafios tendem a se endereçar a essa escala e à sua esfera de governo: é o caso tanto dos temas associados às mudanças demográficas (como preparar as cidades para uma população envelhecida e que demandará serviços e espaços públicos adequados ao novo perfil de seus cidadãos?); quanto dos temas associados à incorporação das novas tecnologias no contexto urbano, como é o caso das chamadas *smart cities*, em suas interfaces com os desafios associadas à mudança climática.

Nesse sentido, a proposta municipalista deve ser capaz de demonstrar as possibilidades de construção e consolidação de novas formas de lidar com a gestão dos comuns, de seus recursos e das necessidades societárias de forma renovada, para além da mera oposição Estado – mercado ou Estado – sociedade, de forma cooperativa e compartilhada.

É imprescindível uma mudança de mentalidade porque os comuns seguem vistos como uma oportunidade para experimentar novas formas de interação entre os governos municipais e as iniciativas comunitárias. Os comuns não deveriam ser entendidos como substitutos da gestão pública, mas como parte de um processo democratizador que surge de uma organização comunitária vigorosa em um lugar específico (FORNÉ et al., 2018, p.140).

Superar essas dicotomias e repensar a gestão pública nessa época de mudança é um desafio nada trivial, sobretudo quando há uma colonização da esfera pública pelas lógicas e estratégias privatistas, sob a batuta de uma modernização que “converte as cidades (...) em espaços de segmentação e competição, em marcas que competem globalmente, em modos de especialização e diferenciação funcional” (SUBIRATS, 2016, p.71). Faz-se necessário *repolitizar* a discussão sobre a gestão pública, fazendo-o desde as políticas de proximidade. É isso que propõe o novo municipalismo do bem comum.

Outro aspecto relevante no que diz respeito aos desafios de superar as dicotomias atualmente existentes e de construir uma nova gestão pública remete à questão das escalas. O aumento de interconexões e de interações entre as diversas escalas e, em reflexo, entre as esferas de governo, demanda soluções que passam pelo governo (e pela governança) multinível, assim como pelas várias articulações em rede que se tornam possíveis. Voltaremos a esse tema posteriormente para refletir sobre os desafios da governança metropolitana.

Ir além das iniciativas que se inscrevem na ordem institucional pública e daquelas que se inscrevem no ativismo social, encontrando pontos de convergência e buscando construir novos arranjos e institucionalidades é, em boa medida, o que explora a próxima seção, com o relato da experiência municipalista recente da Catalunha.

A RECENTE EXPERIÊNCIA CATALÃ DO MUNICIPALISMO DO BEM COMUM

O municipalismo e o associativismo de base são tradição na Catalunha e, em particular, em Barcelona. As instâncias de participação fazem parte da história da cidade e remontam ao século XIII, como é o caso do Conselho de *prohoms*, da assembleia de cidadãos e do Conselho de Cem.

No início do século XX, o engajamento político e democrático da sociedade local se fez presente na defesa e na reconstrução da cidade em face dos ataques do exército franquista. A história de reconstrução da cidade e de resistência ao fascismo evidencia traços da cultura política local e pode ser vista nos vestígios existentes na cidade, como o abrigo antiaéreo (refugi antiaeri 232), situado na praça do Diamante, no bairro de Gràcia, em que à sua entrada, reconstruída com uma estrutura de metal e vidro, pode-se ler o seguinte relato da moradora Meri Arbonès, em referência aos efeitos dos bombardeios que ocorreram na segunda metade dos anos 1930: “porque aqui em Gràcia, como haviam as comissões de festa, que ainda existem, ficamos encarregados da organização das construções. A *Generalitat* fornecia o arquiteto e dava os parâmetros e requisitos, mas toda a obra era feita pelos vizinhos. E todos colaboravam”.

O exemplo de mobilização, organização e atuação coletiva da sociedade local trazido pelo depoimento acima, com a reconstrução da cidade, diz muito sobre a presença dessas características na cultura local. Esse e outros exemplos constituem evidências da elevada propensão a participar na vida societal, não apenas em resposta a acontecimentos específicos,

mas como parte de sua tradição. Sinalizam para a existência de uma comunidade cívica, nos termos propostos por Putnam (2002), conferindo uma qualidade cultural e política que oferece possibilidades de engajamento em iniciativas de natureza institucional ou não, voltadas para a vida local.

Tais características, decerto, favoreceram as experiências (sociais, econômicas, políticas e urbanísticas) ocorridas na região após o fim do período franquista. Barcelona, principal centro urbano da Catalunha, implementa, já em 1984, uma estrutura pioneira de governança participativa ao implementar o mapa da descentralização por distritos. Dois anos depois, as normas que regulam essa organização, bem como a participação cidadã viriam a ser aprovadas.⁸ Após o fim da ditadura, as experiências de gestão urbana produzem um quadro social e urbano melhor nos bairros e cidades da Catalunha, com melhores infraestruturas e condições de vida, para o qual muito contribuíram as ações das prefeituras (BLANCO; GOMÀ, 2016).

Várias experiências locais/regionais constituíram referências internacionais, como é o caso do projeto de Barcelona para os Jogos Olímpicos de 1992, com a requalificação urbana de setores localizados em torno do que viria a ser a Vila Olímpica, que inspirou intervenções urbanísticas em diversas cidades do mundo. Nos anos 1990 e 2000, diversos projetos urbanísticos e vários empreendimentos imobiliários ocorreram na região, que assistiu ao crescimento da bolha imobiliária que viria a estourar em 2007/2008.

A crise associada ao setor imobiliário trouxe novos desafios para os municípios da Catalunha, onde vários empreendimentos seriam paralisados/abortados e tantos outros se converteriam em ativos imobiliários abandonados, sem uso, gerando elevados níveis de vacância. É nesse contexto que, paulatinamente, estruturam-se as experiências que constituem o que autores como Subirats (2016), Ismael Blanco e Ricard Gomà (2016) chamam de novo municipalismo do bem comum, refletindo conceitos e teorias em torno do comum.

O municipalismo catalão, no período democrático recente, mostrou-se complexo e dialético, como apontam Blanco e Gomà, sucedendo-se um período marcado por lógicas participativas que evoluíram para um modelo partidarizado, nos anos 1980; para um municipalismo empreendedor e gerencial, nos anos 1990, que convive com o nascimento novos ativismos urbano-ambientais; chegando ao municipalismo baseado na governança em rede, dos anos 2000, no qual o modelo de partidos conviveu com o surgimento de novos atores sociais e políticos e com o surgimento da resistência à especulação imobiliária urbana.

Como assinalam os autores:

Para além da sequência cronológica, é interessante destacar que os três cenários do municipalismo, o profissional-burocrático dos anos 1980, o pós-industrial e gerencial dos anos 1990, e o construtor-concertador dos anos 2000, se veem marcados por dinâmicas contraditórias, que coexistem em

⁸ Ver <http://ajuntament.barcelona.cat/participaciocitadana/ca/com-ho-fem>.

equilíbrios frágeis e que desenham uma paisagem com muitos matizes (2016, p.23).

No contexto da mudança de época, o novo municipalismo do bem comum surge como resposta aos dilemas trazidos pelo tempo presente. “Os impactos da crise de 2007, da austeridade neoliberal de 2010 adiante, e da expressão da mudança de época no terreno sociopolítico com o estouro do 15 de maio em 2011 e do processo nacional da Catalunha, desvertebram o municipalismo da década anterior. É um ponto de inflexão. Abre-se um novo cenário” (BLANCO; GOMÀ, 2016, p.24).

No que os autores consideram um caminho sem retorno, o novo municipalismo que se observa na Catalunha se constrói no “contexto da crise social, da recentralização política e da regressão democrática que se seguiu ao estouro da crise” (2016, p.26). Nas interações que se estabelecem entre o local e o global, os rebatimentos da crise repercutem na esfera local, trazendo as demandas por soluções dos problemas produzidos mais além dessa escala.

Bauman (2013) utiliza a imagem de uma grande lata de lixo como metáfora das cidades contemporâneas. Segundo ele, criam-se problemas na esfera global que “alguém” deverá solucionar. Esse alguém tem uma inserção territorial precisa, está na escala local.

Numa perspectiva não exatamente convergente com essa, Blanco e Gomà acreditam que a crise é multinível e que as respostas aos desafios passam por soluções a serem dadas em diversas escalas. “Os problemas e as respostas são multiescalares e multidimensionais” (2016, p.19). Portanto, sem perder de vista as interações entre as escalas global e local com todas as suas mediações, observam o surgimento e o desenvolvimento de experiências que colocam juntos o *municipalismo* e o *comum*.

É um conceito que parece, a princípio, contraditório. Sim, não deixa de ser provocador: há nele uma provocação conceitual, uma chamada pela reflexão inovadora, de fronteira. Porque é nos terrenos de fronteira entre propostas diferentes que se encontram os incentivos para pensar desde chaves inéditas, mas necessárias em um contexto de mudança de época. “Municipalismo” tem conotação institucional. “Bem comum”, ao contrário, tem uma gênese situada à margem daquilo que é classicamente público. Acreditamos, contudo, que há um terreno de confluência. E intuimos que pode haver um grande potencial de transformação social, do novo municipalismo emancipador (2016, p.27).

Adotando a noção ampliada de comum, tal como apresentada sucintamente na seção passada, o que se vislumbra com as experiências recentes da Catalunha é um municipalismo associado a lógicas comunitárias democráticas, envolvendo governos municipais com políticas públicas que tendem a ressignificar serviços como bens comuns; com práticas sociais que tendem a fazer possível o governo coletivo de recursos, espaços e informação.

Os autores identificam diversas experiências que se desenvolvem na Catalunha, nesses primeiros anos do século XXI, buscando caracterizar essas experiências desde a origem de suas iniciativas, e procurando identificar convergências entre elas.

De um lado, políticas públicas, originárias da ordem institucional, construídas pelos governos municipais, que contribuem para a construção de cidadanias ativas; de outro, práticas cidadãs, originárias da cidadania ativa, que contribuem para a construção de novas práticas institucionais, forjando uma nova política democrática.

Com base na análise de dez dessas experiências, nos eixos da participação democrática, da economia cooperativa e solidária, dos direitos sociais, urbanistas e ambientais e associadas aos vínculos sociais, compreendendo tanto políticas públicas quanto práticas cidadãs, Blanco e Gomà apresentam um quadro comparativo do que seriam o velho e o novo municipalismo catalão (ver Quadro 1).

Quadro 1 – O velho e o novo municipalismo: cenários em contraste

	O velho municipalismo	O novo municipalismo
Modelos políticos	Consolidação progressiva do modelo <i>partidocrático</i> .	Surgimento de novas tramas de atores e de confluências municipalistas.
Agendas de atuação	Consolidação progressiva da agenda tridimensional: promoção econômica, serviços e território.	Modelos econômicos cooperativos. Reconstrução comunitária de direitos sociais. Políticas urbanas e ambientais híbridas.
Modelos de gestão	Tensões entre lógicas burocráticas e gerenciais. <i>Externalização</i> dos contratos.	Compromisso com a remunicipalização dos serviços e com a gestão cidadã de equipamentos e espaços.
Estruturas participativas	Consolidação dos conselhos e espaços formais de participação. Crise de funcionamento e incidência.	Processos participativos de base: ação comunitária. Democracia direta.
Cidadania e tecido social	Consolidação progressiva de um tecido associativo diversificado.	Novo mosaico mobilizador e novo mosaico de práticas alternativas.

Fonte: BLANCO; GOMÀ, 2016, p.175.

O novo municipalismo do bem comum sustenta-se em modelos políticos formados por novos atores sociais e políticos, cujo surgimento associa-se à conjunção entre a situação de crise estrutural e a falência dos modelos centrados nos partidos políticos. Uma nova trama de atores se beneficia de a escala local passar a ser o território onde experiências baseadas em redes, plataformas e outras formas de mobilização associadas às novas tecnologias de informação e comunicação tornarem-se possíveis.

Essas novas engenharias de organização social encontram na escala local o ambiente onde se podem tornar realidade. Constituem-se novos modos de mobilização, organização e ação, mais cooperativos, horizontais e baseados na construção de novos laços de confiança.

Nesse novo municipalismo, ganham destaque as agendas da economia solidária e os modelos cooperativos que buscam evitar dinâmicas associadas a movimentos especulativos e financeiros: “economias urbanas sólidas desde sua própria trama de proximidade, e abertas, doravante, à economia global, produtiva, criativa e do conhecimento” (BLANCO; GOMÀ, 2016, p.172).

Também ganham destaque novas abordagens para os direitos sociais e para sua oferta, não mais percebida como matéria exclusivamente estatal, mas como um campo de cooperação e de reconstrução da lógica comunitária.

E, no que diz respeito às políticas urbanas, observa-se a aproximação das pautas urbanas e ambientais, como ilustram, de um lado, o projeto “Criando *Superilhas*”, da prefeitura de Barcelona, e a iniciativa “Recriando Cruzamentos”, por meio dos quais se propõem intervenções urbanísticas que diminuem os espaços das faixas de rolamento e ampliam os espaços de uso da cidade por pedestres, ao mesmo tempo que contribuem para a redução da emissão de gases na atmosfera e para melhorar a qualidade do ambiente urbano.

O municipalismo do bem comum incorpora um eixo da habitabilidade sustentável, de entorno da vida cotidiana, onde seja possível exercer, dia a dia, e para todos, o direito à cidade. Isso implica a prática de um novo urbanismo forjado em torno da recuperação de ruas e praças para a vida; e de uma nova ecologia de proximidade forjada em torno de formas sustentáveis de viver nessas ruas e nessas praças (BLANCO; GOMÀ, 2016, p.129).

Para isso ser possível, o municipalismo do bem comum se ancora em modelos de gestão que reforçam a responsabilidade de todos atores sociais e agentes econômicos e políticos com o comum, ampliando as possibilidades de gestão cidadã de equipamentos e espaços, além de buscar reverter o processo de privatização da gestão da provisão dos bens comuns. Amplia-se a participação social por meio da ação comunitária, com experiências de democracia direta e busca-se ampliar o mosaico de práticas cidadãs.

As experiências recentes da Catalunha permitem caracterizar um municipalismo que fortalece a esfera local, a produção de políticas de forma mais articulada à lógica cidadã e a ação comunitária no território, inclusive dando suporte a iniciativas nascidas na sociedade civil. Seu desenvolvimento busca superar os dualismos público-privado e Estado-sociedade.

OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES DO NOVO MUNICIPALISMO DO BEM COMUM

Tendo em vista a avaliação da recente experiência municipalista catalã, Blanco e Gomà (2016) apontaram para um conjunto de desafios para a constituição do novo municipalismo. Nesta seção, traz-se uma reflexão acerca desses desafios, tendo por base a experiência catalã, nos cinco eixos em que se agruparam os casos analisados por eles: democracia participativa (implicação), economia cooperativa (trabalho), direitos sociais e autonomia (pessoas), cotidianidade sustentável (entornos) e vínculos de solidariedade (relações).

Democracia Participativa

O desafio central do eixo da democracia participativa tem a ver com a construção de institucionalidades e práticas na escala local, em torno do bem comum. Isso implica na existência dessas institucionalidades, onde se possa, de forma compartilhada, debater e tomar decisões relativas à disponibilização, a manutenção e a gestão dos bens comuns.

As dificuldades inerentes à democracia participativa se fazem presentes, tal como já apontaram diversos autores que tratam do tema: há oscilações significativas na propensão a participar, conflitos entre atores da participação social e representantes eleitos pelo sistema político e ainda processos de captura de atores sociais pelo campo institucional.

Considerando tais dificuldades, “a nova institucionalidade configuradora do municipalismo do bem comum há de tornar possível tecer lógicas institucionais e cidadãs, participativas e representativas, entre as quais se produzem tensões e sinergias’ (BLANCO; GOMÀ, 2016, p.177).

Essa nova institucionalidade depende de uma (também nova) concepção da ordem político-institucional, que favoreça os componentes associados ao exercício da cidadania e à participação. Esse desafio não se faz alheio aos processos eleitorais e aos partidos políticos. Nesse sentido, para além de ganhar as eleições, é preciso aproximar partidos de movimentos sociais e associativos de base e construir novas institucionalidades, é preciso “politizar a crise”: “o impulso do projeto político do municipalismo do bem comum requer, portanto, uma ação proativa, uma ação que, atenta às condições de crescente pluralismo, fragmentação e volatilidade eleitoral, não resultará da conformação de maiorias absolutas improváveis, mas da confluência e cumplicidade entre agentes políticos e sociais plurais” (BLANCO; GOMÀ, 2016, p.167).

Os novos modelos políticos identificados pela experiência catalã são uma possibilidade que converge com as análises de Bauman e Bordoni (2016) sobre a crise. A separação entre poder – entendido como efetiva capacidade de solucionar problemas - e política – habilidade de tomar decisões e propor agendas – seria uma de suas expressões, associando-se à ruptura da confiança na capacidade de o Estado solucionar os problemas contemporâneos. O poder vem sendo exercido na escala global, baseado em outras dinâmicas e interesses, enquanto a política, sobretudo no nível local, encontra-se pressionada e esvaziada de capacidade

resolutiva. Como resultante disso, uma crise de confiança atinge os partidos políticos e os modelos políticos a eles associados.

Mas se Bauman e Bordoni destacam os riscos associados a esse distanciamento entre poder e política, aos quais se associam tanto o populismo quanto o nacionalismo, a experiência do municipalismo catalão identifica nesse afastamento a possibilidade de se construir novos modelos políticos, baseados em novas práticas e estratégias políticas, com uma reaproximação entre partidos e movimentos sociais.

Dizer que é possível não significa dizer que é provável. Novas institucionalidades, práticas e modelos políticos, contemplando a democracia participativa, devem ser construídos, não estão dados. Essa democracia participativa local não é necessariamente o retrato do devir, mas uma possibilidade que depende dos atores e agentes que podem se envolver na sua construção. E, nesse sentido, politizar a crise e construir novas coalisões e plataformas políticas e eleitorais, não apenas no nível local, mas nos níveis subnacionais e nacional, são condições para que esse potencial se realize.

Economia Cooperativa e Solidária

No eixo da economia cooperativa e solidária, os desafios também são expressivos e encontram-se em aberto. A economia vem sofrendo transformações profundas há algumas décadas. As novas tecnologias têm produzido efeitos sobre a organização da produção econômica, sua distribuição e consumo, com rebatimentos territoriais de várias ordens. Essas transformações estão em curso e seus resultados são ainda incertos, imprecisos.

O capitalismo financeiro é hegemônico e seus agentes e atores construíram uma teia de relações e interdependências que ampliam sua sustentação, mas também os riscos para o sistema. O poder, como já apontaram Bauman e Bordoni, é cada vez mais global, exercido por esses agentes, e sob sua influência e pressão, assiste-se a uma nova onda de desregulamentação da economia e das relações de trabalho, comprometendo direitos sociais que uma vez fizeram parte do escopo do Estado do Bem-Estar Social.

Do ponto de vista da escala local, o desafio que se abre é a construção de novas relações de produção, circulação e consumo associadas aos princípios do comum. As novas tecnologias de informação e comunicação podem ser aliadas no enfrentamento desses desafios. Tais tecnologias podem contribuir para desconcentrar a produção, para aproximar produtores de consumidores, reduzindo os intermediários e os efeitos da logística. Nesse sentido, a transição para uma economia do conhecimento contribui para se construir economias cooperativas e solidárias em bases territoriais descentralizadas.

Mas a tecnologia e o conhecimento não atuam de forma autônoma. Os agentes econômicos devem se organizar, sobretudo na escala local, favorecendo o desenvolvimento de uma economia solidária e cooperativa. No caso da Catalunha, por exemplo, observou-se um crescimento relativo da economia solidária, sobretudo da crise de 2007 em diante.

Esses agentes da economia solidária devem, ademais, adotar princípios do comum, seja adotando políticas remuneratórias baseadas na equidade salarial entre homens e

mulheres, entre diferentes grupos raciais e étnicos; seja por meio da adoção de formas de produção ambientalmente sustentáveis.

Nesse quadro, o novo municipalismo do bem comum deve contribuir para a politização da gestão dos bens comuns, submetendo-a aos interesses de toda a sociedade, numa perspectiva responsável do ponto de vista intergeracional. Em alguns casos, isso tem se traduzido, na remunicipalização da provisão de serviços de abastecimento de água, por exemplo. Mais que remunicipalizar serviços essenciais, superar a dicotomia entre público e privado consiste em um dos desafios do novo municipalismo nesse eixo econômico. Formas cooperativas de gestão dos bens comuns precisam ser amplificadas, desenvolvidas e consolidadas.

O novo municipalismo também tem um papel importante no que diz respeito a estimular e apoiar iniciativas da economia solidária, seja por meio da regulação dessas atividades, seja por meio do apoio institucional e econômico. As compras públicas de fornecedores da economia solidária devem ser estimuladas. A economia solidária, para ser uma alternativa concreta à forma de produção hegemônica, precisa ser mais do que a organização de feiras ou encontros de produtores e consumidores, precisa ganhar escala, desenvolver-se, ganhar expressão econômica.

Direitos Sociais e Autonomia

Os direitos sociais que caracteriza(ram) o Estado do Bem-Estar Social encontram-se sob ataque. As forças econômicas e políticas hegemônicas têm defendido e atuado no sentido de defender políticas de austeridade, entendidas como necessárias para a superação da crise econômica (para a qual contribuíram decisivamente). As políticas de austeridade são, ao mesmo tempo, de abrangência social e parciais, seletivas. Não são pensadas como uma repactuação dos direitos sociais, tendo como princípio valores humanistas. Traduzem-se, de um lado, na redução de direitos sociais conquistados em contextos anteriores, ao passo que garantem a manutenção de privilégios para determinados segmentos, sobretudo agentes dos poderes legislativo e judiciário (poder normativo) e de militares (poder armado).

Essa economia da austeridade seletiva amplifica a incerteza das pessoas em relação ao futuro, alimenta o medo e a insegurança e constrói o *homo precarius*⁹, demasiado ocupado com sua sobrevivência para dar-se conta das armadilhas do tempo presente, vítima fácil de discursos simplistas de caráter nacionalista e populista, como apontaram Bauman e Bondoni.

Os efeitos desses tempos de transição e do regime de crises, assim como os homens e mulheres precarizados se encontram, majoritariamente, nas cidades. A escala local é aquela que recebe os efeitos das crises e que deve abrigar as pessoas, suas principais vítimas. A proximidade exige o envolvimento do nível local na resolução desses problemas, apesar de seus limitados poderes para tal. E, por conta dessa proximidade, os municípios constituem o

⁹ Em referência à palestra de Boaventura de Sousa Santos no colóquio “40 anos do CES”, realizado em Coimbra, em novembro/2018. O *homo precarius* seria o sucessor do *homo economicus*.

locus onde os efeitos da crise, mas também suas possibilidades de superação se fazem presentes.

Os desafios desse eixo, portanto, passam pela defesa e ampliação dos direitos sociais, envolvendo também o acesso aos bens comuns, conformando os assim chamados *direitos básicos do comum*. O enfrentamento desse desafio se faz no nível local, de forma articulada com os desafios presentes nos demais eixos de análise aqui apresentados. Como apontam Blanco e Gomà, “o Estado do Bem-estar do século XXI será de proximidade ou não será. O municipalismo do bem comum erigirá uma forte dimensão social ou não será possível” (2016, p.178).

A defesa e ampliação dos direitos básicos depende da construção de estratégias gerenciais que contribuam para a implicação (eixo democrático) das pessoas com o comum. Formas cooperativas e de autogestão da produção e do trabalho (eixo da economia solidária) podem contribuir para a superação desse desafio.

Esse desafio implica na ampliação dos direitos básicos do comum, envolvendo o direito à moradia ou, de forma mais ampla, o direito à cidade – que sintetiza, de certa forma, a ideia da cidade do bem comum. O direito à habitação se contrapõe frontalmente às práticas especulativas que contribuíram para o crescimento da bolha imobiliária, para a hipervalorização dos ativos imobiliários e para a produção da segregação socioespacial que caracteriza as cidades contemporâneas. Nesse sentido, há que se construir um “novo municipalismo implicado no direito à moradia e na ação coletiva que mantém ações de autotutela do direito, seja da perspectiva da autonomia (cooperativas) ou da insubmissão (reapropriações)” (BLANCO; GOMÀ, 2016, p.180).

Cotidiano Sustentável

O direito básico à moradia faz parte dos direitos básicos do comum e é decisivo para que as pessoas tenham autonomia e possam viver de forma digna. O direito à cidade, tal como proposto há 50 anos por Lefebvre (1991), é um direito-síntese, pensado numa perspectiva que aproxima e envolve as facetas urbanas e ambientais, por meio de políticas locais e práticas sociais que valorizam a produção do espaço das diferenças e da sociabilidade em contraposição à produção do espaço homogêneo e mercantil.

Nesse eixo, os principais desafios são (1) a reconstrução dos espaços públicos como bem comum, a serem geridos no contexto das interações emergentes entre atores sociais e políticos, e (2) a adoção de políticas de mobilidade sustentáveis e que valorizem a apropriação do espaço pelas pessoas e pelas práticas de proximidade.

A superação desses desafios conta com a contribuição das mudanças climáticas, que demandam soluções para lidar com o aquecimento global e seus efeitos, seja para a vida nas cidades, seja para a produção de alimentos. Contudo, faz-se necessário ir além e enfrentar a lógica mercantil da produção do espaço e de construção das cidades. Para tal, o municipalismo do bem comum – e a cidade é um bem comum a que todos têm direito – deve se estruturar sobre a construção de contraprojetos, de alternativas urbanísticas e ambientais que favoreçam as práticas sociais associadas ao comum.

Vínculos de Solidariedade

O eixo dos vínculos de solidariedade corresponde ao eixo da dimensão relacional do municipalismo do bem comum e, como tal, perpassa aspectos já abordados nos eixos precedentes. Conquanto relacional, esse eixo prioriza a forma como atores e agentes sociais se relacionam para a construção do comum. Portanto, reforça-se aqui o estabelecimento de canais de diálogo, de comunicação, de plataformas de defesa, construção e consolidação de práticas cívicas, de redes interativas, de cooperação e intercâmbio.

De um lado, pressupõe-se aqui a coexistência de políticas públicas municipais e iniciativas cidadãs, de associações de diferentes níveis organizacionais. Mas mais do que a coexistência ou o estabelecimento de parcerias e outras formas de relação, o desafio diz respeito à coprodução de ações, projetos e programas que contribuam para superar os diversos desafios com os quais se depara o municipalismo do bem comum.

De outro, como parte fundamental das relações, ganham destaque os elementos comunicativos sobre os quais elas se baseiam. Faz-se necessário, junto às novas institucionalidades, às novas formas de gestão do bem comum, de sua economia solidária e dos direitos básicos e à cidade, construir o que Boaventura de Sousa Santos chama de um novo império cognitivo (2018).

Os vínculos de solidariedade, bem como as novas institucionalidades e práticas associadas ao comum, necessitam de uma nova epistemologia. Os contraprojetos do eixo da habitabilidade sustentável, as cooperativas de produção e consumo, a democracia participativa local e a defesa dos direitos sociais dependem de uma nova epistemologia. “Isso significa que a reinvenção ou a reconstrução da política confrontacional exige uma transformação epistemológica” (SANTOS, 2018, p.7).

Edificar uma nova gramática associada a uma nova epistemologia, ou seja, a um conjunto revisado do conhecimento humano e da ecologia dos saberes, que se contraponha àquela dominante, baseada na hegemonia da ciência moderna, é um desafio nada trivial. O novo municipalismo do bem comum deveria ter um papel instituinte desse processo.

NOTAS FINAIS

Tempos de mudança e de transição são incertos, abertos. As velhas respostas aos problemas humanos, sociais, parecem não servir mais. São necessárias novas respostas, mas a verdade é que as questões também não são mais as mesmas. E novas problematizações demandam a alteração de padrões mentais, dos códigos e chaves de interpretação da realidade. Daí a necessidade de se pensar em uma gramática que amplie as possibilidades reflexivas. Daí ser preciso uma reflexão crítica a respeito das epistemologias.

Refletir sobre as possibilidades de superação da crise contemporânea, do estado de crise instalado, no contexto desse tempo de mudanças e sob a hegemonia da epistemologia

moderna, constitui um exercício difícil, pois as novas gramáticas e padrões mentais do porvir encontram-se ainda em gestação e constituem, na verdade, em possibilidades, ou seja, podem vir a ser ou não.

Tendo isso em mente, pensar na economia do bem comum e na forma como as políticas públicas podem operar em diferentes escalas e esferas, sobretudo no âmbito do que se tem chamado de novo municipalismo, constitui um exercício delicado.

Decerto que os problemas contemporâneos são reais, assim como seus efeitos; decerto que há experiências, como aquelas observadas na Catalunha, que permitem vislumbrar a emergência de novas práticas, seja político-institucionais, seja cidadãs. Contudo, mesmo reconhecendo as possibilidades trazidas por esse novo municipalismo, o fato é que ele se trata de uma possibilidade, de uma construção que pode estar em curso.

Mas justamente por ser uma construção baseada em novos conceitos e possibilidades teóricas e cognitivas, é que se faz importante refletir sobre o que pode estar em curso e contribuir para atribuir significado e sentido para todo esse processo.

Os esforços que vêm sendo feitos pelos diversos autores que foram aqui citados são uma contribuição fundamental, em especial em torno do conjunto de experiências catalãs. Contudo, cabe questionar: o que dizem outras experiências similares que podem estar ocorrendo no mundo? O que há de comum entre as experiências aqui discutidas e outras que podem ser encontradas em outros lugares? Esse movimento municipalista, observadas as particularidades de cada contexto histórico-espacial, reflete uma tendência? Quais são as condições para que tais experiências floresçam? Elas estão ligadas a condições particulares?

Obviamente, não é possível responder a isso nessa breve contribuição. A tarefa assumida neste trabalho resumiu-se a apresentar e explorar algumas das possibilidades e provocar a reflexão. De todo modo, não se pode furtar do desafio de tecer, nestas notas finais, alguns comentários sobre tais questões.

Uma primeira observação tem a ver com as características do tempo presente, tanto na sua dimensão de crise econômica e civilizatória, quanto em sua dimensão tecnológica, por pressionam a sociedade contemporânea, no plano de sua organização social, produtiva e, sobretudo, ambiental. Isso faz com que haja uma necessidade de se buscar soluções para os (novos) problemas que se avolumam. Numa entrevista recente, Jared Diamond, professor da UCLA, afirma que a humanidade corre o risco de extinção. Entre os principais riscos mencionados, figuram os problemas ambientais e o recente agravamento do quadro social, com suas diversas consequências.¹⁰ Os problemas atuais da humanidade demandam novas soluções. O novo municipalismo do bem comum traz alternativas e possíveis (e viáveis) soluções para esses problemas, numa perspectiva multidimensional, multinível e transescalar.

Essa busca de soluções, contudo, não se dá em sentido único. Há diferentes visões de mundo e narrativas em disputa, diferentes formas de análise, diferentes focos e, também,

¹⁰ Ver https://www.lemonde.fr/long-format/article/2018/11/22/jared-diamond-quatre-dangers-menacent-l-existence-humaine_5387017_5345421.html

interesses. Há respostas antagônicas, assim como diferentes resultados possíveis. E isso traduz um movimento político. Nesse sentido, as respostas e o futuro estão em disputa.

Se a transição do tempo presente afeta a todos e demanda de todos respostas a problemas que são, em certa medida, compartilhados, as respostas são fortemente condicionadas ao contexto local, sobretudo em sua dimensão político-cultural. E isso é o que chama a atenção nas experiências da Catalunha. A tradição secular de participação social e as práticas cidadãs ali presentes é decisiva para o sucesso dessas experiências. A existência ali de uma comunidade cívica condiciona, possibilita e produz tanto tais experiências quanto seus resultados.

No tempo corrente, contudo, não se trata de buscar replicar a experiência de nenhum lugar, mas de compreender as forças, estruturas e dinâmicas que favorecem a construção e a ocorrência desse tipo de experiência, convergente com os princípios do bem comum, para construir, econômica, social, cultural e, sobretudo, politicamente, práticas convergentes com seus princípios nos diversos rincões do planeta, observadas as especificidades de cada lugar.

Portanto, trata-se, no momento atual e em cada contexto social, histórico e geográfico, de construir politicamente as condições para a produção de experiências locais que comportem a implicação dos atores sociais e agentes econômicos e políticos nos processos de tomada de decisão orientados para o comum.

Trata-se de uma tarefa complexa, que não se restringe à escala local e a uma visão simplista do municipalismo, mas que se baseie em interações verticais, em soluções que perpassem, considerem e incorporem diferentes perspectivas escalares em sua gramática e que estejam estruturadas e baseadas na construção e no fortalecimento das redes, de pessoas, de atores, de instituições, de parceiros pelo comum.

Considerando as características sociais e políticas do Brasil, em particular, onde uma comunidade cívica com tais características não se formou e onde a propensão a participar da vida cívica mostra-se mais baixa, todos esses desafios ganham proporções ainda maiores e dois aspectos fundamentais merecem ser destacados. O primeiro diz respeito à defesa da democracia e ao seu aprofundamento. O municipalismo do bem comum está baseado no florescimento de práticas de cidadania participativa. Portanto, a democracia é uma condição *sine qua non* para o novo municipalismo. Faz-se necessário (tornar a) avançar em práticas de democracia participativa, algo que se mostra historicamente favorecido quando se trata da esfera local, embora não possa ficar restrito a essa escala.

O segundo aspecto diz respeito à questão das desigualdades socioespaciais. A inversão das recentes tendências de redução das desigualdades socioespaciais compromete a economia e o municipalismo do bem comum. Mais que isso, a apatia frente à realidade social compromete qualquer construção societal orientada para o comum. A adoção de políticas de combate às desigualdades socioespaciais mostra-se central para o municipalismo do bem comum, tanto quanto a busca por justiça social e territorial, de modo que a naturalização dessas desigualdades e a adoção de políticas assépticas em relação ao quadro de desigualdades deve ser combatida em todas as dimensões, esferas e escalas. Faz-se necessária uma crítica bem fundamentada, consistente, do discurso e das práticas de austeridade,

acompanhada da construção de políticas consistentes e viáveis de combate às desigualdades socioespaciais.

Ismael Blanco e Ricard Gomà não usam de meias palavras quando dizem que “o Estado do Bem-estar do século XXI será de proximidade ou não será” e quando afirmam que “o municipalismo do bem comum erigirá uma forte dimensão social ou não será possível”. Se estão corretos, o chamamento para, em cada contexto socioespacial e histórico, edificar esse novo municipalismo deve ser encarado como plataforma política para construção de sociedades, economias e ambientes melhores, justos e sustentáveis. Valorizar epistemologias de solidariedade e cooperação, fortalecer plataformas e redes associadas aos princípios e desafios do municipalismo do bem comum e priorizar as políticas públicas e práticas cidadãs de proximidade, numa perspectiva que não perca de vista as relações e interações multidimensionais e transescalares são caminhos a serem percorridos pelo novo municipalismo e por seus atores e agentes na superação de dicotomias pouco úteis para os novos tempos.

O futuro não está dado ou escrito, depende da ação política de todos e, nesse caso, do fortalecimento de vínculos de solidariedade, da coprodução das práticas e do desenvolvimento de ações baseadas em parcerias e associações revitalizadas. É necessário politizar a crise e ampliar a base política da plataforma do direito à cidade, por meio da democracia urbana... ou o futuro não será.

REFERÊNCIAS

- AALBERS, Manuel. Debate on Neoliberalism in and after the Neoliberal Crisis, *Debates and Development. International Journal of Urban and Regional Research*, v.37, n.3, maio/2013.
- BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. *Communitas. Uguali e diversi nella società liquida*. Emília-Romana: Aliberti, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. *Estado de crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- BLANCO, Ismael; GOMÀ, Ricard. *El municipalisme del bé comú*. Barcelona: Icaria Editorial, 2016.
- BOOKCHIN, Debbie. O futuro que merecemos. In: JUNQUÉ, Marta; SHEA, Kate (Eds.). *Ciutats sense por: guia del moviment municipalista global*. Barcelona: Icaria Editorial, 2018. p.16-21.
- CARAVACA, Inmaculada et al. Crisis y empleo en las ciudades españolas. *EURE*, v.43, n.128, 2017. Disponível em: <http://www.redalyc.org/jatsRepo/196/19649429004/html/index.html#fn1>.

- FORNÉ, Laia et al. Béns comuns. In: JUNQUÉ, Marta; SHEA, Kate (Eds.). *Ciutats sense por: guia del moviment municipalista global*. Barcelona: Icaria Editorial, 2018. p.138-145.
- GUTIÉRREZ, Aaron; DELCLÒS, Xavier. Geografia de la crisi immobiliària en Catalunya: una lectura a partir de los desahucios por ejecución hipotecaria. *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, v.XXI, n.55.715, 2017.
- HARVEY, David. *The ways of the world*. New York: Oxford University Press, 2016.
- HERRERO, Yayo. Pròleg: vivim un moment excepcional en la història. In: JUNQUÉ, Marta; SHEA, Kate (Eds.). *Ciutats sense por: guia del moviment municipalista global*. Barcelona: Icaria Editorial, 2018. p.5-7.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. 23. ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.
- PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SANTOS, Boaventura de S. *As bifurcações da ordem: revolução, cidade, campo e indignação*. Coimbra: Almedina, 2017.
- SANTOS, Boaventura de S. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2018.
- SASSEN, Saskia. *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- SOROS, George. *Turmoil in Europe and the United States: essays*. New York: PublicAffairs Books, 2012.
- SUBIRATS, Joan. *El poder de lo próximo: las virtudes del municipalismo*. Madrid: Catarata, 2016.